**IMPACTO DA GESTÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL NA QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

De Freitas, Nívia Larice Rodrigues ¹

Da Silveira, Gabriela Freitas ²

De Queiroz, Rafaela Stephanie ³

Da Silva, Ana Carolina Chã⁴

Farias, Allyne Kelly Carvalho ⁵

Dos Santos, Gardênia Souza da Luz⁶

Pereira, Renato Antunes ⁷

Santesso, Rafael Augusto ⁸

Tanan, Ediana Gonçalves do Amaral ⁹

Oliveira, Maria Laura de Jesus ¹⁰

Silva, Cristiane Souza ¹¹

Da Silva , Luciano Tavares ¹²

Nunes, Yasmin Fontenele ¹³

Oliveira, Liniker Andrade¹⁴

Nobre, Orientador Paulo Victor Chaves ¹⁵

**RESUMO:** Populações em situação de vulnerabilidade enfrentam dificuldades que comprometem seu acesso a direitos e serviços essenciais, resultando em fragilidade diante de adversidades. Fatores como a falta de moradia, insegurança alimentar e desemprego afetam tanto a saúde física quanto a mental, contribuindo para o desenvolvimento de transtornos como ansiedade e depressão. **Objetivos:** O objetivo da pesquisa é compreender como a gestão de políticas de saúde mental pode melhorar a qualidade de vida das populações vulneráveis, que enfrentam desafios no acesso a serviços de saúde mental devido à escassez de recursos e à marginalização associada a questões de saúde mental. **Metodologia:** Este estudo é uma revisão narrativa qualitativa, realizada entre janeiro e junho de 2024, com foco em pesquisas publicadas entre 2020 e 2024. A pesquisa envolveu a coleta de dados por meio de descritores relevantes e análise de artigos que abordam a gestão de políticas de saúde mental e suas consequências. A abordagem narrativa permitiu uma análise detalhada e crítica, resultando na seleção de quinze referências significativas que fornecem uma visão abrangente do impacto das políticas de saúde mental na qualidade de vida das populações vulneráveis. **Resultados e Discussões:** As populações vulneráveis são afetadas por uma combinação de fatores socioeconômicos e culturais que impactam sua saúde mental, como pobreza e discriminação. A pandemia de COVID-19 intensificou essas desigualdades, aumentando o estresse e a ansiedade entre esses grupos, devido ao isolamento social e à interrupção de serviços essenciais. A crise acentuou a necessidade de uma abordagem inclusiva e eficaz na saúde mental, evidenciando lacunas nos sistemas de apoio existentes. Grupos específicos, como mulheres, idosos, crianças e pessoas em situação de rua, enfrentam desafios distintos que exacerbam suas condições de saúde mental. **Conclusão:** Diante do exposto, écrucial adotar políticas que reconheçam essas especificidades e promovam um suporte adequado. A gestão das políticas de saúde mental deve ser integrada e sensível às necessidades de cada grupo, com a criação de centros de acolhimento e a utilização de tecnologias digitais para facilitar o acesso ao apoio psicológico.

**Palavras-Chave:** Gestão em Saúde, Saúde Mental, Vulnerabilidade Social.

**Área Temática:** Ciências da Saúde

**E-mail do autor principal:** nivialaric@gmail.com

¹Medicina, Universidade Nilton Lins, Manaus- AM, nivialaric@gmail.com

²Medicina, Universidade Evangélica de Goiás, Goiânia- GO, gabrielafs13@hotmail.com

³Nutrição, Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte, Belo Horizonte- MG, rrafaelasq@gmail.com

⁴Psicologia, Universidade Nilton Lins, Manaus- AM, carolcha\_88@hotmail.com

⁵Biomedicina, Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (Uninovafapi), Teresina- PI, allynnekelly@hotmail.com

⁶Centro Universitário de Brasília, Brasília- DF, gardeniasouza2805@gmail.com

⁷Nutrição, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ, mlemmap@hotmail.com

⁸Medicina, Universidade do Oeste Paulista, Jaú- SP, rafasantesso@gmail.com

⁹Especialização em Psicanalista Clínica e Psicoterapeuta, Nutrição, Estácio, Ananindeua- PA, nutricaoediana@gmail.com

¹⁰Enfermagem, Centro Universitário UMA, Belo Horizonte- MG, enfermeiralauraoliveira@hotmail.com

¹¹Medicina, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro- RJ, crismed2008@yahoo.com.br

¹²Medicina, Universidade Federal do Pará, Altamira- PA, tavaresportugal31@gmail.com

¹³Medicina, Centro Universitário FAMETRO, Manaus- AM, yasmin-fontenele@hotmail.com

¹⁴Medicina, Faculdade Zarns Salvador, Salvador- BA, liniker\_andrade@hotmail.com

¹⁵Biomedicina, Centro Universitário Maurício de Nassau, Fortaleza – CE, paulovictorcnpv@gmail.com

**1. INTRODUÇÃO**

Populações em situação de vulnerabilidade referem-se a grupos de indivíduos que, devido a uma série de fatores sociais, econômicos e ambientais, encontram-se em condições que comprometem seu acesso a direitos básicos e a serviços essenciais, resultando em uma fragilidade diante de situações adversas (Farias, 2023). Essas condições podem incluir a falta de moradia adequada, insegurança alimentar, desemprego e exclusão social, fatores que não apenas afetam a saúde física, mas também impactam significativamente a saúde mental dos indivíduos (Vitorino, Vieira, Guimarães, 2024; Santos, 2022). Neste contexto, a saúde mental torna-se um aspecto interligado à realidade social em que essas populações estão inseridas, uma vez que as dificuldades cotidianas enfrentadas por elas podem precipitar o desenvolvimento de transtornos mentais como ansiedade e depressão (Ramos, 2021; Dos Santos, Rodrigues, Tavares, 2022).

A marginalização social, frequentemente exacerbada por condições de vulnerabilidade, resulta em um ciclo de exclusão que intensifica o estigma associado à saúde mental (Lima et al., 2020). Essa marginalização implica que as populações vulneráveis são muitas vezes ignoradas nas políticas públicas, levando à perpetuação de desigualdades que tornam mais difícil o acesso a serviços de saúde (Carrasco et al., 2023; Cruz, 2023). A discriminação enfrentada por esses grupos, em combinação com a falta de recursos financeiros e sociais, contribui para a ampliação do sofrimento psicológico, criando barreiras adicionais que dificultam a busca por tratamento (Santos, 2021; Monte et al., 2023).

A ausência de informações e orientações adequadas sobre os serviços disponíveis intensifica o sentimento de desamparo e solidão que caracteriza a experiência de muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade (Ramos, 2021). Porém, as dificuldades enfrentadas por essas populações para acessar serviços de saúde mental são multifacetadas podem incluir desde a falta de profissionais qualificados até a infraestrutura inadequada nos serviços existentes (Dos Santos, Rodrigues, Tavares, 2022; Carrasco et al., 2023). O acesso limitado a cuidados de saúde adequados agrava não apenas a condição de saúde mental, mas também a saúde física, criando um ciclo vicioso onde a vulnerabilidade é perpetuada e os problemas de saúde se agravam (Vitorino, Vieira, Guimarães, 2024; Santos, 2022).

 Adicionalmente, as políticas de saúde muitas vezes falham em considerar as especificidades das populações vulneráveis, levando à implementação de intervenções que não são adequadas às suas realidades e necessidades (Cruz, 2023; Lima et al., 2020). Essa desconexão entre as políticas públicas e a realidade vivida por essas populações impede a promoção de uma saúde mental efetiva, perpetuando o sofrimento e a exclusão. Neste cenário, a gestão das políticas de saúde mental emerge como um aspecto crítico para a melhoria das condições de vida dessas populações, demandando uma abordagem que reconheça as múltiplas dimensões da vulnerabilidade (Dos Santos, Rodrigues, Tavares, 2022; Carrasco et al., 2023).

 É fundamental que a gestão das políticas de saúde mental não apenas trate os sintomas, mas também enfrente as causas subjacentes que perpetuam a vulnerabilidade (Ramos, 2021; Santos, 2021).Uma abordagem intersetorial, que uma esforços de diferentes setores como saúde, assistência social, educação e habitação, é necessária para abordar de maneira eficaz as questões que afetam a saúde mental das populações vulneráveis (Santos, 2021; Monte et al., 2023). Diante disso, é imperativo que as políticas públicas sejam reavaliadas e adaptadas para atender às necessidades específicas dessas comunidades, reconhecendo a interdependência entre fatores sociais e de saúde (Santos, 2021). A abordagem integrada e inclusiva pode resultar em intervenções mais eficazes, que não apenas reconheçam, mas também tratem as nuances da saúde mental em contextos de vulnerabilidade, propiciando um ambiente mais justo e saudável para todos (Ramos, 2021).

A crescente incidência de problemas de saúde mental entre populações em situação de vulnerabilidade evidencia a necessidade premente de se investigar as intricadas relações que permeiam esse fenômeno. A interconexão entre condições sociais adversas, fatores econômicos e aspectos de saúde revela que a qualidade de vida dessas populações está profundamente relacionada ao seu bem-estar psicológico. Este estudo justifica-se pela urgência em explorar e consolidar as evidências que demonstram o impacto das condições de vulnerabilidade na saúde mental, promovendo uma discussão aprofundada sobre a importância da gestão em saúde como agente transformador capaz de modificar esse cenário.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é compreender de que maneira a gestão de políticas de saúde mental pode aprimorar a qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade. As dificuldades enfrentadas por esses indivíduos para acessar serviços de saúde mental são multifacetadas, envolvendo não apenas a escassez de recursos, mas também a falta de formação adequada dos profissionais de saúde para lidar com as especificidades desse público. Além disso, a marginalização e o estigma associados a problemas de saúde mental frequentemente impedem que essas populações busquem ajuda, perpetuando um ciclo de exclusão e sofrimento.

**2. MÉTODO OU METODOLOGIA**

A presente é uma revisão narrativa qualitativa com o intuito de compreender o impacto da gestão de políticas de saúde mental na qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade. A pesquisa foi realizada entre janeiro e junho de 2024, com foco em estudos publicados no período de 2020 a 2024. A escolha desse intervalo de tempo visa garantir a inclusão das pesquisas mais recentes e pertinentes ao tema. Para a coleta de dados, foram utilizados descritores como “gestão em saúde”, “saúde mental” e “vulnerabilidade social”, selecionados para abranger uma ampla gama de estudos sobre a administração de políticas de saúde mental e suas consequências para as populações vulneráveis. As buscas foram realizadas em bases de dados acadêmicas relevantes, incluindo SciELO, Google Scholar e PubMed, que são conhecidas por sua vasta cobertura e relevância. Os critérios de inclusão foram aplicados selecionando apenas artigos publicados em português que oferecessem uma análise detalhada da gestão de políticas de saúde mental e seu impacto nas populações vulneráveis foram considerados. Os critérios de exclusão foram os artigos que não apresentavam metodologias inadequadas ou estavam disponíveis em formato incompleto.

A abordagem narrativa qualitativa permitiu uma análise aprofundada e crítica dos estudos selecionados, oferecendo uma visão detalhada sobre o impacto das políticas de saúde mental. Esta abordagem facilitou a compreensão das diversas perspectivas e contextos encontrados na literatura, permitindo uma análise mais rica e contextualizada dos efeitos da gestão de políticas de saúde mental sobre a qualidade de vida das populações vulneráveis. Após a triagem dos artigos, foram selecionadas quinze referências que atenderam aos critérios estabelecidos e que forneceram contribuições significativas para a pesquisa. Essas referências foram escolhidas por sua relevância e profundidade na discussão do tema, garantindo uma análise completa e fundamentada. A revisão narrativa qualitativa proporcionou uma compreensão detalhada das implicações das políticas de saúde mental, evidenciando tanto os avanços quanto as lacunas existentes na área e oferecendo uma visão abrangente sobre a influência dessas políticas na qualidade de vida das comunidades em situação de vulnerabilidade.

**3. RESULTADOS E DISCUSÕES**

A vulnerabilidade das populações é um fenômeno resultante de uma combinação complexa de fatores socioeconômicos, culturais e políticos que afetam profundamente a saúde mental (Santos, 2022; Valente et al., 2024). A pobreza, a falta de acesso a serviços básicos e a discriminação são algumas das principais causas que colocam indivíduos e grupos em situações de vulnerabilidade, impactando diretamente sua qualidade de vida e bem-estar psicológico (Santos, 2022; Pessoa et al., 2023). Esses fatores criam condições que não apenas aumentam a probabilidade de adoecimento mental, mas também limitam o acesso a recursos e apoio necessários para enfrentar esses desafios (Santos, 2022; Monte et al., 2023). A interação entre esses elementos pode gerar um ciclo contínuo de dificuldades, exacerbando as condições de saúde mental e criando barreiras adicionais para a recuperação e o suporte (Santos, 2022; Ramos, 2021).

A pandemia de COVID-19 exacerbou ainda mais essas desigualdades e vulnerabilidades existentes (Monte et al., 2023; Farias, 2023). A crise sanitária global trouxe consigo um aumento significativo nos níveis de estresse e ansiedade, especialmente entre as populações vulneráveis, devido ao isolamento social, medo do contágio e mudanças abruptas nas rotinas diárias (Farias, 2023). A implementação de medidas de distanciamento social, embora necessária para conter a disseminação do vírus, intensificou sentimentos de solidão e desespero, criando um ciclo vicioso de deterioração da saúde mental que é difícil de reverter (Monte et al., 2023). Além disso, o fechamento de serviços essenciais e a interrupção de redes de apoio social aumentaram a sensação de desamparo e a dificuldade em obter ajuda, o que agravou a crise de saúde mental (Ramos, 2021; Monte et al., 2023). As lacunas nos sistemas de apoio à saúde mental, evidenciadas pela pandemia, destacam a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e eficaz para enfrentar essas questões (Monte et al., 2023).

O impacto do COVID-19 nas populações vulneráveis é evidente em várias frentes, como demonstrado por diversos estudos (Dos Santos, Rodrigues, Tavares, 2022; Farias, 2023). Para as pessoas negras, por exemplo, a pandemia exacerbou as desigualdades preexistentes, agravando as condições adversas e a falta de acesso a cuidados de saúde adequados (Farias, 2023). A discriminação racial, a violência e a falta de acesso equitativo aos serviços de saúde criaram um ciclo de pobreza e adoecimento que foi intensificado pela crise (Dos Santos, Rodrigues, Tavares, 2022). O agravamento das condições de vida e a negligência na consideração de questões raciais nas estratégias de saúde pública demonstram a necessidade de uma abordagem mais sensível e inclusiva (Dos Santos, Rodrigues, Tavares, 2022).

A situação das mulheres em situação de vulnerabilidade também é alarmante,visto que muitas mulheres enfrentam uma carga dupla de trabalho, combinando responsabilidades profissionais e domésticas, o que exacerba o estresse e a ansiedade ( Santos, 2022; Valente et al., 2024). A carga adicional de responsabilidades, somada a condições de trabalho precárias e baixos salários, limita as oportunidades dessas mulheres para buscar apoio e melhorar suas condições de vida (Pessoa et al., 2023; Valente et al., 2024). É necessário reconhecer essas especificidades e adotar políticas que visem reduzir a desigualdade de gênero e oferecer suporte adequado às mulheres em situações vulneráveis (Valente et al., 2024).

Outra população vulnerável é a de idosos, que enfrentaram um aumento no isolamento social e na solidão devido às restrições de sua saúde e à perda de interações sociais regulares (Cruz, 2023). A perda de entes queridos e o agravamento de doenças crônicas são desafios adicionais que contribuíram para um aumento nos problemas de saúde mental, como a depressão e a ansiedade (Lisbôa, Bellini, 2021; Cruz, 2023). A pandemia destacou a necessidade urgente de estratégias de apoio que incluam programas de atividade física adaptada e redes de socialização para mitigar o impacto negativo sobre a saúde mental dos idosos (Cruz, 2023). Além disso, a falta de contato social e a ausência de apoio familiar intensificaram a sensação de desamparo e contribuíram para o declínio da saúde mental entre os idosos (Lisbôa, Bellini, 2021; Cruz, 2023). A criação de iniciativas que promovam a inclusão social e o suporte emocional é essencial para melhorar a qualidade de vida desses indivíduos durante e após a pandemia (Cruz, 2023).

As crianças, como um dos grupos mais vulneráveis, enfrentam desafios significativos, a exposição a ambientes adversos, como violência doméstica e negligência, pode ter efeitos devastadores em seu desenvolvimento e bem-estar (Santos, 2021). A falta de suporte adequado e a exposição a estressores significativos durante a infância podem resultar em problemas a longo prazo, como ansiedade e dificuldades de aprendizado (Pessoa et al., 2023; Santos, 2021). Além disso, pais com problemas de saúde mental frequentemente enfrentam dificuldades adicionais para fornecer o suporte necessário aos seus filhos, agravando ainda mais os desafios enfrentados pelas crianças (Santos, 2021; Valente et al., 2024). As políticas públicas devem focar em estratégias para apoiar não apenas as crianças, mas também suas famílias, para garantir um ambiente saudável e estimulante para o desenvolvimento infantil (Santos, 2021).

Os indígenas e pessoas em situação de rua também foram severamente impactados pela pandemia, enfrentando condições precárias de vida e acesso limitado a serviços de saúde e apoio social (Vitorino, Vieira, Guimarães, 2024; Dos Santos Oliveira; Salomão; Pinto, 2024). Esses grupos frequentemente lidam com marginalização e exclusão social, o que agrava ainda mais seus problemas de saúde mental durante a crise (Santos, 2022; Dos Santos Oliveira; Salomão; Pinto, 2024). A falta de suporte adequado e a dificuldade em buscar ajuda contribuem para um ciclo de sofrimento e desamparo, tornando essencial a implementação de políticas que abordem as necessidades específicas desses grupos e promovam o acesso a cuidados e suporte (Vitorino, Vieira, Guimarães, 2024; Monte et al., 2023). A inclusão de estratégias específicas para atender às condições adversas enfrentadas por esses grupos pode ajudar a reduzir a vulnerabilidade e melhorar a saúde mental (Monte et al., 2023).

A gestão eficaz das políticas de saúde mental para populações vulneráveis deve considerar essas especificidades e adotar abordagens integradas e sensíveis às necessidades de cada grupo (Ramos, 2021; Pessoa et al., 2023). A criação de centros de acolhimento e serviços de saúde mental acessíveis é um passo crucial para garantir que todos possam buscar apoio sem medo de julgamento (Ramos, 2021). Tais centros devem oferecer uma gama de serviços, desde atendimentos psicológicos e psiquiátricos até atividades de promoção da saúde mental, como grupos de apoio e workshops educativos (Ramos, 2021). A inclusão de tecnologias digitais também pode ser uma ferramenta valiosa para alcançar populações vulneráveis, proporcionando suporte psicológico online e grupos de apoio que podem oferecer um alívio significativo durante tempos difíceis (Lima et al., 2020). Além disso, a integração das políticas de saúde mental com outros setores, como assistência social e educação, é essencial para criar um suporte abrangente e coordenado que atenda de maneira eficaz às necessidades emergentes dessas populações (Lima et al., 2020).

Programas de capacitação para profissionais de saúde são igualmente importantes para garantir que eles estejam preparados para lidar com a complexidade das situações enfrentadas por pessoas em vulnerabilidade (Vitorino, Vieira, Guimarães, 2024; Pessoa et al., 2023). É fundamental que esses profissionais sejam treinados para adotar uma abordagem sensível às questões de gênero, raça e classe social, reconhecendo as interseccionalidades que influenciam a saúde mental e o bem-estar das populações (Pessoa et al., 2023; Santos, 2022). A capacitação contínua e a conscientização sobre as diversas formas de vulnerabilidade podem melhorar significativamente a qualidade do atendimento prestado e ajudar a oferecer suporte mais eficaz (Pessoa et al., 2023).

Uma abordagem inclusiva e colaborativa, que envolva as comunidades no planejamento e na execução das políticas de saúde mental, pode contribuir significativamente para a eficácia das estratégias de cuidado (Lisbôa, Bellini, 2021; Ramos, 2021). Programas que promovam a participação ativa dos indivíduos em sua própria recuperação e a criação de redes de apoio social são essenciais para melhorar a saúde mental das populações vulneráveis (Farias, 2023; Santos, 2022). Além disso, a promoção de uma redistribuição mais equitativa das responsabilidades e a educação e sensibilização da sociedade são estratégias importantes para enfrentar a sobrecarga e a vulnerabilidade que afetam as mulheres, especialmente aquelas que enfrentam a dupla jornada de trabalho ( Ramos, 2021; Valente et al., 2024).

**4. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A gestão eficaz das políticas de saúde mental é essencial para melhorar a qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade. Quando essas políticas são bem estruturadas e implementadas de maneira adequada, elas não apenas facilitam o acesso aos serviços necessários, mas também desempenham um papel importante na redução do estigma associado aos transtornos mentais. Isso contribui para criar um ambiente mais inclusivo e solidário, onde os indivíduos se sentem mais à vontade para buscar ajuda e apoio. Além disso, um sistema de saúde mental eficiente pode oferecer suporte social necessário para enfrentar desafios diários, o que é particularmente importante para aqueles que vivem em condições de vulnerabilidade.

A melhoria na gestão das políticas de saúde mental pode ter um impacto significativo na vida das pessoas, resultando em uma diminuição dos sintomas de sofrimento psicológico e em um aumento na satisfação geral com a vida. Este impacto positivo é resultado de uma combinação de fatores, incluindo a disponibilidade de serviços adequados, a qualidade do atendimento recebido e o suporte emocional e social que os indivíduos têm acesso. A integração dessas políticas com outras áreas de suporte social é crucial, pois muitas vezes as questões de saúde mental estão interligadas com outras necessidades, como moradia, emprego e assistência social. Isso envolve considerar as especificidades das populações vulneráveis e integrar os serviços de saúde mental com outras formas de suporte social, garantindo que as necessidades complexas dos indivíduos sejam abordadas de maneira abrangente. A colaboração entre diferentes setores e a inclusão de feedback das comunidades atendidas são essenciais para desenvolver políticas que sejam verdadeiramente eficazes e que promovam uma melhora substancial na qualidade de vida.

Portanto, a eficácia das políticas de saúde mental é crucial para alcançar uma qualidade de vida melhor para as populações em situação de vulnerabilidade. A avaliação contínua e a adaptação dessas políticas são fundamentais para garantir que elas atinjam seus objetivos e proporcionem benefícios reais e duradouros para aqueles que mais precisam. Ao enfrentar os desafios existentes e adotar uma abordagem integrada e sensível às necessidades específicas, é possível promover uma saúde mental mais robusta e uma vida mais satisfatória para todos.

**REFERÊNCIAS**

CARRASCO, Juanita Corina Barrantes et al. O desafio da política de saúde mental na América Latina: O desafio da política de saúde mental na América Latina. **CPAH Science Journal of Health**, v. 6, n. 1, 2023.

CRUZ, Daniela Filipa Estorninho. **Saúde mental e qualidade de vida em idosos da Santa Casa da Misericórdia de Alcantarilha**. 2023.

DOS SANTOS, Mariana Silva; RODRIGUES, Rafael Coelho; TAVARES, Jeane Saskya Campos. Políticas públicas, vulnerabilidade social e seus efeitos na saúde mental da população negra em um município do Recôncavo da Bahia. **Ayvu: Revista de Psicologia**, v. 9, 2022.

DOS SANTOS OLIVEIRA, Gabrielle; SALOMÃO, Ivanilda Rodrigues; PINTO, Emanuel Vieira. A incidência da ansiedade e depressão em comunidades indígenas acompanhadas pelo CAPS de Itamaraju-BA: A importância da assistência qualificada de enfermagem. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 2717-2735, 2024.

FARIAS, Éllen Roberta Dias de. Situação da Insegurança Alimentar e Nutricional, Saúde Mental e Qualidade de Vida de adultos no estado de Pernambuco no primeiro ano da pandemia da COVID-19. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

LISBÔA, Carin Otilia Kaefer; BELLINI, Maria Isabel Barros. **Reforma e contrarreforma psiquiátrica brasileira e a saúde mental da pessoa idosa: do reconhecimento ao apagamento**. Anais..., 2021, Brasil. 2021.

LIMA, Sonia Oliveira et al. Impactos no comportamento e na saúde mental de grupos vulneráveis em época de enfrentamento da infecção COVID-19: revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 46, p. e4006-e4006, 2020.

MONTE, Francisco Thiago Paiva et al. Entre Paredes: Impactos da Pandemia da Covid-19 na Saúde Mental da População. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 17, n. 65, p. 104-118, 2023.

PESSOA, Denise et al. Vulnerabilidades sociais do território e os impactos na saúde mental: revisão integrativa. **Cadernos UniFOA**, v. 18, n. 52, 2023.

RAMOS, Natália. Populações migrantes em tempos de pandemia da covid-19: desafios psicossociais, comunicacionais e de saúde. **Migrações Internacionais sob Múltiplas Perspectivas**, p. 153-176, 2021.

SANTOS, Catarina Pereira. **Impacto da saúde mental dos pais na qualidade de vida dos filhos**. 2021. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Maria Claudia Barbosa dos. **Os impactos dos determinantes sociais para a saúde mental da mulher em situação de rua**. 2022.

VALENTE, Giselle da Costa et al. **Os impactos da dupla jornada de trabalho na vida das mulheres profissionais da enfermagem.** 2024.

VITORINO, Luciano Magalhães; VIEIRA, Regis Rodrigues; GUIMARÃES, Mário Vicente Campos. Prevalência de transtornos psiquiátricos de pessoas em situação de rua em um grande centro urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 19, n. 46, p. 3697-3697, 2024.